



**EDITAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nº DP02/2025-SETAS**



EDITAL
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DP 02-SETAS

RESUMO

MODALIDADE	Nº DO PROCESSO	LOCAL:
DISPENSA DE LICITAÇÃO	DP02/2025-SETAS	Via email: licitacao@tiangua.ce.gov.br ou na sede do Setor de Licitação, Nenê Plácido, 785 – Nenê Plácido - CEP.: 62.327-335 – TIANGUÁ – CE

OBJETO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA O CONSELHO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, DEMAIS CONSELHEIROS DE DIREITOS, CONSELHEIROS TUTELARES E TÉCNICOS DA REDE SÓCIO ASSISTÊNCIAL DO MUNICÍPIO DE TIANGUÁ-CEARÁ.

INÍCIO DE RECEBIMENTO:	FIM DE RECEBIMENTO	TIPO:	CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	FORMATO
08 /04/2025 ÀS 17:00Hs	11/04/2025 ÀS 23Hs :59mm	MENOR PREÇO	PREÇO GLOBAL	FÍSICO

REFERÊNCIA DE TEMPO: PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO UTILIZADAS PELO SISTEMA SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF.

ÓRGÃO GESTOR GERAL:

- SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

LICITAÇÃO EXCLUSIVA OU COM COTAS PARA ME E EPP?	REGIME DE EXECUÇÃO:	PRAZO DE EXECUÇÃO:	VIGÊNCIA CONTRATO:	POSSIBILIDADE E DE AMOSTRAS?
SIM	EMPEITADA POR PREÇO GLOBAL	60 (SESSENTA) DIAS	31/12/2024	NÃO

DOS ATENDIMENTOS, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES, RECURSOS E VISTAS AO PROCESSO

TODOS OS **ATENDIMENTOS** E DEMAIS TRATATIVAS do presente procedimento serão realizados no endereço eletrônico licitacao@tiangua.ce.gov.br ou na sede do Setor de Licitação, Nenê Plácido, 785 – Nenê Plácido - CEP.: 62.327-335 – TIANGUÁ – CE, assim como os **PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES, RECURSOS E PEDIDOS DE VISTAS AOS AUTOS.**

Observações Importantes:

- Existindo divergência entre as informações constantes deste resumo e dos demais campos do edital e seus anexos, prevalecerão as informações constantes deste resumo.



EDITAL DO PROCESSO DE DISPENSA Nº DP 02/2024-SETAS

INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

ART. 75, INCISO II, § 3º DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

1. DO PREÂMBULO

1.1.A PREFEITURA MUNICIPAL DE TIANGUÁ, CEARÁ, com sede na Av. Moises Moita, 785 – Nenê Plácido - Tianguá/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o Nº 07.735.178/0001-20, por intermédio da Secretaria do Trabalho e Assistência Social do Município de Tianguá/CE, neste ato representada pela sua respectiva Secretária/Ordenadora de Despesas, Sra. MARIANE XIMENES PORTELA PONTES, nos termos do art. 75, inciso II, combinado com o seu §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e nos termos do **DECRETO MUNICIPAL Nº 37/2024 DE 06 DE JUNHO DE 2024,** torna público que, tem interesse em realizar a contratação direta para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA O CONSELHO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, DEMAIS CONSELHEIROS DE DIREITOS, CONSELHEIROS TUTELARES E TÉCNICOS DA REDE SÓCIO ASSISTÊNCIAL DO MUNICÍPIO DE TIANGUÁ-CEARÁ,** tudo isso com base nas justificativas e disposições legais abaixo fixadas.

Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA O CONSELHO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, DEMAIS CONSELHEIROS DE DIREITOS, CONSELHEIROS TUTELARES E TÉCNICOS DA REDE SÓCIO ASSISTÊNCIAL DO MUNICÍPIO DE TIANGUÁ-CEARÁ.
Órgão Gerenciador:	Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social
Local de recebimento das propostas:	Endereço eletrônico: licitacao@tiangua.ce.gov.br ou na sede do Setor de Licitação, Nenê Plácido, 785 – Nenê Plácido - CEP.: 62.327-335 – Tianguá – CE
Envio das Propostas:	Se entregue no endereço eletrônico: Início: 08/04/2025 às 17:00 Horas (Horário de Brasília) Término: 11 /04/2025 às 23:59 Horas (Horário de Brasília)
	Se entregue na sede do setor de licitação: Início: 08/04/2025 às 08:0 Horas (Horário de Brasília) Término: 11/04/2025 às 14:00 Horas (Horário de Brasília)

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. É cediço que, em razão do ordenamento vigente, a licitação pública é obrigatória, também é cediço que essa obrigatoriedade tem por finalidade a proteção do interesse público em razão da possibilidade da prática de atos imorais, atos esses evitados pela pessoalidade e, que possam acarretar à coletividade um tratamento discriminatório não previsto em lei.

2.2. O motivo maior da existência da licitação pública é o respeito ao Princípio Constitucional da Isonomia, uma vez que o Contrato Administrativo decorrente da licitação pública vem ao final trazer benefícios econômicos ao contratado e, por esse motivo, todos aqueles potenciais interessados em contratar com a Administração Pública devem, nos termos da legislação vigente, ser tratados de maneira isonômica por parte da Administração Pública.



2.3. Neste sentido, a regra geral vigente no arcabouço jurídico pátrio, é que a contratação pública deve ser precedida de licitação pública, assim a redação do art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB/1988, não deixa dúvidas quanto ao acima exposto, entretanto, o próprio art. 37, inciso XXI, da CRFB de 1988 diz que podem existir casos previstos na legislação infraconstitucional em que a Administração Pública, respeitadas as formalidades legais, pode contratar de forma direta, nesse sentido é o art. 75, inciso II combinado com o seu §3º, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, conforme transcrição a seguir:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – CRFB/1988:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:

[...]

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de serviços e compras; (revisar atualizações conforme (VIDE DECRETO Nº 11.871, DE 2023).

[...]

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.



Desta feita, a rigor, as compras, serviços, obras, alienações e locações realizadas no âmbito da Administração Pública Brasileira serão precedidos de processo licitatório, conforme inciso XX do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido Niebuhr (2015, p.123):

[...] a licitação pública é obrigatória em tributo aos princípios regentes da Administração Pública, que visam proteger o interesse público de atos imorais, marcados pela pessoalidade e, com destaque, que imputem aos membros da coletividade tratamento discriminatório apartado da razoabilidade. [...]¹.

Analisando o tema a doutrina pátria manifesta-se no mesmo sentido, conforme transcrição a seguir:

O fato é que, de modo muito claro, a regra é a obrigatoriedade de licitação pública, e a exceção se refere aos casos especificados pela legislação, que, como visto, redundam em inexigibilidade e dispensa. Bem se vê que o constituinte atribuiu competência ao legislador para integrar o dispositivo, declinando os casos em que a licitação pública não se impõe. Entretanto, o constituinte não permitiu que o legislador criasse hipóteses de dispensa não plausíveis, pois, se assim tivesse procedido, este último poderia subverter a própria regra constitucional relativa à obrigatoriedade de licitação.

2.1. Com efeito, as contratações diretas constituem exceções à regra geral e, como tal, somente podem ser realizadas nos estreitos limites fixados pela legislação vigente.

2.2. No arcabouço jurídico pátrio, existem duas possibilidades de contratação direta, quais sejam: a) por dispensa de licitação; ou b) por inexigibilidade de licitação. Especificamente para o caso em tela, assim dispõe o art. 75, inciso II, c/c § 3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, acima citado.

3. DAS JUSTIFICATIVAS

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

Com base no objeto descrito, a capacitação se faz necessária para que de forma presencial seja realizado o treinamento conjunto com todos os membros envolvidos, a fim de unificar e atualizar informações e conhecimentos para colocá-los em prática no atendimento e na proteção dos direitos da Criança e do Adolescente. A formação será pautada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e suas diretrizes, bem como nas normativas correlatas, incluindo a Lei Estadual do Ceará nº 17.253/2020, que dispõe sobre a organização e o funcionamento dos Conselhos Tutelares e dos Direitos da Criança e do Adolescente no Estado; Lei Federal nº 13.431/2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e Decreto nº 9.063/2018, que regulamenta a operacionalização do Sistema de Gestão de Fundos da Infância e Adolescência (FMDCA); Além disso, a capacitação abordará a gestão do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FMDCA), incluindo a participação em editais e mecanismos de captação de recursos, bem



como as atribuições, responsabilidades e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) da Secretaria do Trabalho e Assistência Social do Município de Tianguá-Ceará com base na Lei 14.133/21. Diante das constantes atualizações legais a necessidade da implementação de um curso de capacitação é essencial para garantir uma atuação eficiente e alinhada às normativas vigentes, proporcionando aos servidores conhecimento técnico, habilidades para garantir a qualidade dos serviços contribuindo para o fortalecimento da Rede de Proteção à Infância e Adolescência no Município de Tianguá-Ceará.

4. DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

4.1. O objeto da presente dispensa deverá possuir as seguintes especificações:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO/OBJETO	UNIDADE	QTDE
01	Capacitação sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA) e suas diretrizes.	UND/SERV.	01
02	Capacitação sobre Lei Estadual nº 17.253/2020, Lei Federal nº 132.431/2017 e Decreto nº 9.063/2018.	UND/SERV.	01
03	Capacitação sobre atribuições, responsabilidades, produção documental e o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	UND/SERV.	01
04	Capacitação sobre Gestão e Captação de Recursos para o Fundo da infância e Adolescência(FMDCA e a participação em Editais.	UND/SERV.	01

4.2. Detalhamento dos serviços conforme especificados no termo de referência.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será feito no prazo de até 30 (trinta) dias, contado a partir da data final do período de adimplemento da obrigação, na proporção dos serviços executados, e de conformidade com as notas fiscais/faturas e/ou recibos devidamente atestadas pelo setor competente, observadas a condições da proposta adjudicada e da ordem de compra emitida, conforme especificações abaixo.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação ocorrerão por conta das seguintes dotações orçamentárias previstas no orçamento de 2025:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 07.0703.08.243.2.064-Manutenção de Projetos para Fortalecimento das Entidades. **Elemento de despesa:** 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica. **Fonte de Recursos:** 1500000000.

7. DA DELIBERAÇÃO E VINCULAÇÃO

7.1. Considerando o acima exposto, acolho as justificativas da dispensa de licitação e AUTORIZO a publicação no site oficial do município, assim como a exposição no quadro de avisos pelo prazo de 03 (três) dias úteis.

7.2. Fica estabelecido que o prazo para recebimento de propostas adicionais será o estabelecido no quadro de resumo do edital.

7.3. Não havendo propostas adicionais apresentadas, a autoridade competente poderá, a seu critério, revogar, republicar ou realizar a contratação, tomando por base as cotações realizadas na fase interna do presente processo, nos termos da Lei Federal 14.133/2021 e decretos internos.



8. DA LEGISLAÇÃO APLICADA

8.1. Aplica-se à este Termo de Dispensa, nos casos omissos, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- c) Lei Federal nº 4.320, de 1964;
- d) Lei Complementar Federal nº 101, de 2000;
- e) Lei Complementar 123/2006 de 14 de dezembro de 2006;
- f) Decreto Municipal N° 37/2024 de 26 de junho de 2024;

9. DO ENQUANDRAMENTO LEGAL

9.1. O objeto pretendido pela Administração e ora processado se caracteriza em hipótese de dispensa de licitação, amparado no art.75, inciso II, c/c §3º todos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as justificativas presentes nos autos.

10. DO PROCEDIMENTO

10.1. A pessoa jurídica interessada na execução dos serviços especificados no item 4.1 deste aviso deverá encaminhar a proposta com a descrição do objeto ofertado e os respectivos preços, até a data e o horário estabelecidos para abertura deste procedimento, para o e-mail licitacao@tiangua.ce.gov.br ou diretamente na sede do Setor de Licitação, localizada na Nenê Plácido, 785 – Nenê Plácido - CEP: 62.327-335 – Tianguá– CE. Junto as propostas de preços deverão ser apresentadas as seguintes declarações:

I - a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

II - o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;

III - o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;

IV - o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber; e

V - o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

11. DO JULGAMENTO

11.1. Encerrado o prazo para envio da proposta e documentação, o órgão ou entidade realizará a verificação da conformidade das propostas recebidas, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação, ordenando a ordem de classificação.

11.2. Definido o resultado do julgamento, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o órgão ou a entidade poderá negociar condições mais vantajosas.

11.2.1. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

11.3. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

JA



11.4. Definida a proposta vencedora, o órgão ou a entidade deverá solicitar, o envio da proposta, adequada conforme negociação, e, se necessário, de documentos complementares.

11.4.1. No caso de contratação em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários ou de custos e formação de preços, esta deverá ser encaminhada com os respectivos valores readequados à negociação.

12. DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

12.1. Considerando o capítulo VI da lei nº 14.133/21, ficam estabelecidos os seguintes critérios:

12.2. Poderão participar desta Dispensa Física Microempresas e Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, classificados como tal nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e demais Empresas que atendam às condições deste Edital e seus Anexos.

12.3. Para efeitos de participação das Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte nesta licitação, nos termos do art. 3º, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, são considerados:

12.3.1. Microempresa – O empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais).

12.3.2. Empresa de Pequeno Porte – O empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

12.4. Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido nas licitações públicas previsto na Lei Complementar nº 123/2006 a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

12.4.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

12.4.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

12.4.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado, nos termos da referida Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006;

12.4.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

12.4.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

12.4.6. constituída sob a forma de cooperativa, salvo as de consumo;

12.4.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

12.4.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

12.4.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

12.4.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

12.5. Caso o procedimento de dispensa física reste deserto ou tenha participação de

JA



somente empresa que não se enquadre nos benefícios previstos na Lei Complementar 123/06, a administração poderá proceder com a contratação dos serviços com empresa de demais porte.

12.6. Os licitantes deverão responsabilizar-se formalmente pelos atos efetuados em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante;

12.7. O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

12.8. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA DISPENSA:

12.8.1. Empresa declarada inidônea por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública no âmbito do Estado de Ceará;

12.8.2. Empresas impedidas de licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de TIANGUÁ;

12.8.3. Servidor de qualquer órgão ou Entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

12.8.4. Empresas que não comprovarem a condição de ME/EPP.

12.8.5. Empresas Inidôneas e Suspensas.

12.8.5.1. Após conclusão da disputa será realizada consulta no Portal da Transparência, caso a vencedora esteja com uma dessas pendências, sua proposta será desclassificada.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. Após o término do prazo de recebimento de propostas, será exigida a documentação do fornecedor melhor classificado, conforme descritos no termo de referência, para verificar a regularidade da empresa quanto à documentação necessária.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O interessado e o fornecedor serão responsabilizados administrativamente pelas seguintes infrações, nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º-04-2021:

I – dar causa à inexecução parcial do contrato;

II – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III – dar causa à inexecução total do contrato;

IV – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º-08-2013.

14.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos incisos anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes



sanções:

- a) advertência pela prática da infração prevista no inciso I do subitem 15.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) multa de 8% (oito por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, pela prática de qualquer das infrações dos nos incisos II a XII do subitem 15.1;
- c) impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nos casos dos incisos II a VII do subitem 15.1 deste aviso, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos casos dos nos incisos VIII a XII do subitem 15.1, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

14.5. A aplicação das sanções previstas neste aviso não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.7. A aplicação de quaisquer das penalidades dar-se-á em processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, e observando o procedimento previsto na Lei Federal nº 14.133, de 1º-04-2021.

15. DO FORO

16.1. O foro da Comarca de Tianguá/CE é o competente para dirimir questões decorrentes deste processo.

Tianguá/Ceará, 08 de abril de 2025


MARIANE XIMENES PORTELA PONTES
SECRETÁRIA MUNICIPAL DO TRABALHO E
ASSISTÊNCIA SOCIAL

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA O CONSELHO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, DEMAIS CONSELHEIROS DE DIREITOS, CONSELHEIROS TUTELARES E TÉCNICOS DA REDE SÓCIO ASSISTÊNCIAL DO MUNICÍPIO DE TIANGUÁ-CEARÁ.

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E VALOR ESTIMADO E PCA:

LOTE ÚNICO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO/OBJETO	UNIDADE	QTDE	VALORES	
				VLR UNIT R\$	VLR TOTAL R\$
01	Capacitação sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA) e suas diretrizes.	UND/SERV.	01	R\$ 6.500,00	R\$ 6.500,00
02	Capacitação sobre Lei Estadual nº 17.253/2020, Lei Federal nº 132.431/2017 e Decreto nº 9.063/2018.	UND/SERV.	01	R\$ 6.500,00	R\$ 6.500,00
03	Capacitação sobre atribuições, responsabilidades, produção documental e o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	UND/SERV.	01	R\$ 6.500,00	R\$ 6.500,00
04	Capacitação sobre Gestão e Captação de Recursos para o Fundo da infância e Adolescência(FMDCA e a participação em Editais.	UND/SERV.	01	R\$ 6.500,00	R\$ 6.500,00
MENOR VALOR GLOBAL					R\$ 26.000,00

2.1. Descrição do Serviço: Contratação de uma empresa especializada para ministrar curso de capacitação teórico presencial e virtual que abrange o conhecimento e aplicação da Lei Federal nº 13.431/2017- que estabelece o Sistema de garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, Lei Estadual nº 17.253/2020- que dispõe sobre a organização e o funcionamento dos Conselhos Tutelares e dos Direitos da Criança e do Adolescente no Estado, e Decreto 9.063/2018- que regulamenta o operacionalização do sistema de Gestão de Fundos da infância e Adolescência-(FMDECA), com foco específico as atribuições, responsabilidades e funcionamento, bem como obter conhecimentos para participação em editais para captação de recurso através do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA

O objetivo é capacitar Conselheiros (Direitos e Tutelares) e técnicos da Secretaria do Trabalho e Assistência Social do, fornecendo tanto o conhecimento teórico necessário quanto o suporte prático para a aplicação efetiva da legislação no contexto municipal contribuindo diretamente para o fortalecimento da rede de proteção à infância e adolescência no Município de Tianguá Ceará.

2.2. Objetivos Específicos:

a) **Curso Teórico Presencial:** Proporcionar um treinamento detalhado, com carga horária de 20 horas, sobre Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e suas diretrizes, bem como nas normativas correlatas, incluindo a Lei Estadual do Ceará nº 17.253/2020, que dispõe sobre a organização e o funcionamento dos Conselhos Tutelares e dos Direitos da Criança e do Adolescente no Estado; Lei Federal nº 13.431/2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e Decreto nº 9.063/2018, que regulamenta a operacionalização do Sistema de Gestão de Fundos da Infância e Adolescência (FMDCA); Além disso, a capacitação abordará a gestão do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FMDCA), incluindo a participação em editais e mecanismos de captação de recursos, bem como as atribuições, responsabilidades e



funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Devendo atender até 30 inscritos.

- b) **Consultoria On-line:** Oferecer suporte com carga horária de 30 horas, para a aplicação prática ajudando na elaboração de documentos, incluindo a participação em editais e mecanismos de captação de recursos, processos licitatórios e resolução de dúvidas específicas dos servidores.
- c) **Público-Alvo:** Conselheiros de Direitos, Tutelares e Técnicos da Rede Sócio Assistencial do Município de Tianguá-Ceará e especialmente aqueles diretamente envolvidos na gestão dos recursos.

2.3. Metodologia:

- a) **Curso Teórico Presencial:** Realização de aulas presenciais, utilizando recursos didáticos modernos e interativos para facilitar o aprendizado. O conteúdo será dividido em módulos.
- b) **Forma On-line:** Disponibilização de consultoria on-line, com atendimento a dúvidas e suporte na aplicação da legislação em situações reais enfrentadas pelos servidores na elaboração de documentos, e mecanismos de captação de recursos através de processos de participação em editais.

2.4. Carga Horária:

- a) **Curso Teórico Presencial:** 20 horas presenciais, abrangendo todos os aspectos relevantes ao curso de capacitação em que abrange a legislação, atribuições, responsabilidades e o funcionamento que contribuirá para o fortalecimento da Rede de Proteção à Infância e Adolescência no âmbito do Município de Tianguá-Ceará.
- b) **Consultoria On-line:** 30 horas on-line, para garantir suporte efetivo durante a implementação dos novos processos.

2.5. Local de Realização:

- a) **Curso Teórico Presencial:** Nas instalações da Secretaria do Trabalho e Assistência Social do Município de Tianguá/CE.
- b) **Consultoria On-line:** De forma remota.

2.6. Critérios de Avaliação

- a) A empresa deverá apresentar um plano de trabalho detalhado, contemplando cronograma, metodologia e critérios de avaliação da capacitação.

2.7 Resultados Esperados:

- a) Capacitação proporcionará uma melhoria significativa na capacidade dos servidores e demais agentes públicos da Secretaria envolvidos em compreender e aplicar o conhecimento garantindo o desempenho de suas funções no atendimento a proteção dos direitos da Criança e do Adolescente com segurança jurídica e eficiência administrativa.

2.8. Critérios de Sustentabilidade

- a) Preferência por empresas que adotem práticas sustentáveis, como o uso de material didático digital para reduzir o consumo de papel.

2.9. Prazo de Execução:

- a) Definido conforme cronograma acordado entre a Secretaria do Trabalho e Assistência Social e a empresa contratada, respeitando os prazos legais e a necessidade de capacitação dos servidores.

2.10. Conteúdo Programático do Curso:



- ✓ A empresa especializada para ministrar curso teórico de capacitação aos profissionais garantindo o correto cumprimento das legislações aplicáveis ECA, Lei Estadual nº 17.253/2020, Lei Federal nº 13.431/2017 e Decreto nº 9.063/2018).
- ✓ Fortalecimento da atuação dos Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos, garantindo que suas ações sejam pautadas na legalidade, na proteção integral e na prioridade absoluta dos direitos da criança e do adolescente.
- ✓ Melhoria na gestão do Fundo Municipal da Infância e Adolescência (FIA), qualificando os servidores para a captação e correta aplicação dos recursos, além da participação em editais e programas de financiamento.
- ✓ Maior articulação entre os órgãos da rede de proteção, promovendo um atendimento mais eficaz e humanizado às crianças, adolescentes e suas famílias.
- ✓ Redução de erros na aplicação das normas e procedimentos administrativos, minimizando riscos de judicialização ou responsabilização dos agentes públicos.
- ✓ Fortalecimento da transparência e eficiência na gestão pública, com servidores mais capacitados para a correta destinação dos recursos e prestação de contas.

2.12 Requisitos da Empresa Contratada:

- a) **Experiência comprovada:** A empresa deve comprovar experiência na realização de cursos/assessoria voltadas para Conselhos de Direitos, Conselhos Tutelares e redes de proteção à criança e ao adolescente, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por entidades públicas ou privadas.
- b) **Equipe multidisciplinar:** Deve comprovar equipe para ministrar o curso composta por profissionais com formação em áreas afins, como Direito, Serviço Social, Psicologia, Pedagogia ou áreas correlatas, com experiência comprovada na temática dos direitos da criança e do adolescente.
- c) **Apresentação de currículos dos profissionais:** A equipe que atuarão na capacitação, deverão demonstrar através de certificados de graduação/ certificados de especialização currículos ou cursos, conhecimentos específicos na área do objeto da contratação com experiência nas leis específica (ECA, Lei Estadual nº 17.253/2020, Lei Federal nº 13.431/2017 e Decreto nº 9.063/2018) voltadas para a proteção dos direitos da Criança e do Adolescente, na área dos Conselhos Municipais, Conselho Tutelar, Rede de atendimento de escuta especializada na Assistência Social e bem como palestras informativas como combate a violência: intrafamiliar, violência infantil (sexual, física e psicológica), Bullying e Políticas Públicas.
- d) **Capacidade técnico operacional:** A empresa deverá apresentar atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa Jurídica de direito público e/ou privado devidamente identificado, em que figurem o nome da empresa concorrente na condição de "contratada", demonstrando que a empresa executou ou esteja executando diretamente serviços compatíveis em características semelhantes ao objeto licitado, atinentes às respectivas parcelas de maior relevância:
 - a). Para fins da comprovação de que trata este subitem são consideradas parcelas de maior relevância:
 - a.1) Formação e capacitação que abranja a correta aplicação dos Direitos da Criança e do Adolescente, sobre a organização, funcionamento e responsabilidades dos Conselhos e a operacionalização do Sistema de Fundos da Infância e Adolescência na captação de recursos, pelo menos 30 participantes, com carga horária mínima de 20h.
 - a.2) O atestado de Capacidade Técnica, deverá estar acompanhado de indicação explícita do quadro técnico, adequado e disponível para a realização do serviço bem como qualificação de cada um dos membros de equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos com no mínimo 02(dois) profissionais de nível superior com formação em áreas afins, como Direito, Serviço Social, Psicologia, Pedagogia ou áreas correlatas.

3. Da previsão do PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO – PCA.

3.1. A contratação de empresa especializada para ministrar curso de capacitação treinamento e acompanhado de consultoria está devidamente alinhada ao Plano de Contratações Anual (PCA) da Administração Municipal de Tianguá.

Essa previsão no PCA representa um compromisso sólido e estratégico com a excelência na gestão pública, refletindo os valores de transparência, eficiência e comprometimento com o aprimoramento contínuo dos serviços oferecidos à comunidade. Ao antecipar essa demanda no PCA, a Administração Municipal de Tianguá evidencia sua preocupação em alinhar-se com as exigências legais e promover a atualização constante de seus colaboradores. O curso de capacitação não é apenas uma necessidade operacional, mas sim uma ferramenta essencial para garantir a conformidade com a legislação vigente e promover uma gestão transparente e responsável dos recursos públicos.

A correlação entre a contratação proposta e o PCA demonstra, portanto, uma abordagem estratégica e integrada da Administração Municipal, considerando o planejamento como um instrumento fundamental para o alcance dos objetivos traçados em prol de uma cultura organizacional de aprendizado contínuo e aprimoramento profissional.

3.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, a seguir:

A verificação da previsão pode ser realizada por meio do seguinte link: <https://pncp.gov.br/app/pca/07735178000120/2025> (PCA 2025 - Município de Tianguá). O identificador único do PCA no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é ID **PCA PNCP: 07735178000120-0-000008/2025** **Data de publicação no PNCP: 04/12/2024**. Id do Item no PCA 09, CLASSE/GRUPO - 33 - Serviço de Cursos e Treinamentos.

4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS:

4.1. A apresentação da proposta de preços será por meio através do sistema BBM NET do Bolsa Brasileira de Mercadorias - <https://novobbmnet.com.br/>.

4.2. Na proposta de preços deverão constar as especificações detalhadas dos itens, quantidade solicitada, o valor unitário e total, já considerando todas as despesas, tributos, impostos, taxas, encargos e demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os itens, mesmo que não estejam registrados neste documento;

4.3. A licitante deverá garantir a execução do objeto sem qualquer contratempo, e se caso constatado alguma imperfeição, o objeto será recusado e a licitante submetida às penalidades da Lei, além do registro da falha no Cadastro de Fornecedores Municipais;

4.4. A Contratante poderá se valer da análise técnica dos serviços propostos, para verificação do atendimento das especificações mínimas dos itens constantes neste projeto básico/termo de referência.

5. FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO:

5.1. Para a execução dos serviços será emitida ORDEM DE COMPRA/AUTORIZAÇÃO DE EXECUÇÃO, em conformidade com a proposta (s) vencedora (s);

5.2. O contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2025.

5.3. As obrigações decorrentes do presente processo administrativas serão formalizadas mediante lavratura do contrato, subscrito pelo Município, através da Secretaria solicitante, representada pela Ordenadora de Despesa e o (s) proponente (s).

6. LOCAL E PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

6.1. Os serviços terão o prazo de execução de até 60 (sessenta) dias e deverão ser realizados juntamente ao responsável devidamente designado pela Secretaria competente, considerando cronograma a ser apresentado pela Secretaria do Trabalho e de Assistência Social, podendo



ser prorrogado ou alterado de acordo com a vontade das partes, contados a partir da emissão da ORDEM DE SERVIÇOS.

7. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:

7.1. A execução do objeto será fiscalizada por servidor designado pelo órgão responsável pela contratação, sendo que o Gestor do Contrato será responsável por atestar os documentos da despesa (nota fiscal), quando comprovada a fiel e correta execução para fins de pagamento;

7.2. A presença da fiscalização por servidor designado pelo órgão responsável pela contratação não elide nem diminui a responsabilidade da empresa contratada; e

7.3. Caberá ao órgão responsável pela contratação rejeitar totalmente ou em parte, qualquer equipamento que não esteja de acordo com as exigências, bem como, determinar prazo para substituição do item eventualmente fora de especificação.

8. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

8.1. As partes se obrigam reciprocamente a cumprir integralmente as disposições do instrumento convocatório, da Lei Federal nº. 14.133 de 01 de abril de 2021, alterada e consolidada e do Decreto Municipal nº. 417, de 28 de abril de 2023.

8.2. O CONTRATADO obriga-se a:

8.2.1. Os serviços licitados deverão ser executados no **prazo de até 60 (sessenta) dias** e considerando ainda as disposições do item 6. Deste termo, a contar da "ORDEM DE SERVIÇOS", observando rigorosamente as especificações contidas no Termo de Referência, nos anexos e disposições constantes de sua Proposta de Preços, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do(a) fornecimento/execução/prestação que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da celebração do Contrato, e ainda:

a) a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

b) responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

c) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma da Lei nº 14.133/21;

8.2.2. O licitante vencedor guardará sigilo sobre informações e documentos fornecidos pelo Contratante, em decorrência dos produtos objeto do presente contrato, adotando medidas internas de segurança.

9. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:

9.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual, por meio de servidor especialmente designado para esse fim, podendo, em decorrência, solicitar providências da Contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

9.2. Efetuar os pagamentos devidos ao contratado nas condições estabelecidas no edital e no Termo de referência.

9.3. Indicar o local e horários em que deverão ser entregues e instalados os equipamentos.

9.4. Permitir ao pessoal da CONTRATADA, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança.

10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Handwritten initials



10.1. O pagamento será feito na proporção da execução dos serviços licitados, segundo as ordens de compras/autorizações de fornecimento expedidas pela Administração, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo gestor da despesa, acompanhadas das certidões Fiscais e Trabalhistas do licitante vencedor, todas atualizadas, observadas as condições da proposta.

10.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encaminhamento da documentação tratada no subitem anterior, através de crédito na conta bancária do fornecedor.

11. DOS RECURSOS FINANCEIROS:

11.1. A despesa ocorrerá à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento próprio da Secretaria solicitante, na seguinte dotação orçamentária: 07.0703.08.243.2.064-Manutenção de Projetos para Fortalecimento das Entidades. **Elemento de despesa:** 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica. **Fonte de Recursos:** 1500000000.

12. GESTOR DO CONTRATO:

12.1. A Gestão do Contrato será exercida por servidor designado pelo órgão Contratante, da **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TIANGUÁ - CE**, o qual deverá exercer em toda sua plenitude a ação de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

13. PENALIDADES:

13.1 A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplência de suas obrigações, definidas neste Instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, respeitado o princípio constitucional da ampla defesa.

13.2. Em caso de **atraso injustificado na execução do contrato**: multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, por cada dia de atraso injustificado não execução do contrato, não ficando a administração impedida de rescindir unilateralmente o contrato e aplicar as outras sanções previstas nos artigos 155 e 157 da Lei nº 14.133/21.

13.3. Em caso de inexecução total ou parcial do contrato:

13.3.1. Advertência;

13.3.2. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato;

13.3.3. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimentos de contratar com a administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

13.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos de terminantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.4. O valor da multa aplicada será deduzido pela CONTRATANTE por ocasião do pagamento, momento em que a Tesouraria da PREFEITURA comunicará à CONTRATADA.

13.5. Se não for possível o pagamento por meio de desconto, a CONTRATADA ficará obrigada a recolher a multa por meio de depósito em Conta Corrente em nome da PREFEITURA (o número da Conta será informado pela Tesouraria da Prefeitura). Senão o fizer, será encaminhado à Procuradoria Jurídica para cobrança e processo de execução.

13.6. Aos proponentes que convocados dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, ensejar em o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sempre juízo da reparação dos danos causados ao município pelo infrator:

a) Advertência;

b) Multa;



c) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade do direito de licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação pela própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.7. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

14. DAS ALTERAÇÕES E DA REPACTUAÇÃO DO VALOR CONTRATADO:

14.1. O contrato poderá ser reajustado conforme os casos previstos em Lei.

14.2. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da execução dos serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

15. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP E DA ALOCAÇÃO DE RISCOS:

15.1. Considerando a faculdade posta no inciso do art. 22 da Lei Federal n.º 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações, fica dispensa a apresentação da alocação dos riscos, haja vista a baixa complexidade do objeto. O Estudo Técnico Preliminar encontra-se anexado aos autos do processo.

Tianguá – CE, 26 de março de 2025.



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de licitação, o (s) licitantes (s) deverão comprovar o atendimento aos seguintes requisitos:

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. RELATIVA A HABILITAÇÃO JURÍDICA:

1.1. REGISTRO COMERCIAL, no caso de empresa (firma individual), no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz.

1.2. ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO em vigor devidamente registrado no registro público de empresa mercantil da Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro da Junta onde opera com averbação no registro da Junta onde tem sede a matriz. Se o contrato social não for consolidado deverão ser apresentados os aditivos posteriores ao contrato inicial e se consolidado, existindo alterações posteriores, também, essas serão exigidas.

1.3. INSCRIÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO, no caso de sociedades simples - exceto cooperativas - no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas acompanhada de prova da diretoria em exercício; devendo, no caso da licitante ser a sucursal, filial ou agência, apresentar o registro no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas do Estado onde opera com averbação no Cartório onde tem sede a matriz.

1.4. DECRETO DE AUTORIZAÇÃO, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e **ATO DE REGISTRO DE AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO** expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

1.5. Documento oficial de identificação válido (com foto) e comprovante de CPF do sócio - administrador e ou titular da empresa.

1.6. Declaração de regularidade do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

2. RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual (FIC) ou municipal, conforme o caso, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.3. Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União (inclusive contribuições sociais), com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014;

2.4. Prova de regularidade para com a fazenda estadual mediante a apresentação Certidão Negativa de Débitos Estaduais de seu domicílio ou sede;

2.5. Prova de regularidade para com a fazenda municipal mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Municipais de seu domicílio ou sede (Geral ou ISS);

2.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) mediante a apresentação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF);

2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, em conformidade com o disposto na CLT com as alterações da Lei Nº. 12.440/11 – DOU de 08/07/2011.

2.8. No que concerne às provas de regularidade fiscal, através de certidões, equipara-se os mesmos efeitos da certidão negativa às certidões positivas com efeito de negativa.



2.9. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, aos licitantes enquadrados como microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Pregoeiro, para a regularização da documentação e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

2.10. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição;

2.11. A não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará decadência do direito a registrar o preço, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/21, sendo facultado a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da respectiva ata, ou a revogação da licitação;

3. RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

3.1. Certidão negativa de falência ou concordata, dissolução ou liquidação, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

3.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (L C), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

3.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

3.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

3.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

3.7. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de no mínimo 10% do valor total estimado da contratação.

3.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

3.9. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1. CAPACITAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL:

4.1.1. Apresentar certidão(ões) ou atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em que figurem o nome da empresa concorrente na condição de "contratada", demonstrando que a empresa executou ou esteja executando diretamente serviços compatíveis em características semelhantes ao objeto licitado, atinentes às respectivas parcelas de maior relevância:

4.1.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem são consideradas parcelas de maior relevância:

4.1.2.1. Formação e capacitação que abranja a correta aplicação dos Direitos da Criança e do Adolescente, sobre a organização, funcionamento e responsabilidades dos Conselhos e a operacionalização do Sistema de Fundos da Infância e Adolescência na captação de recursos, pelo menos 30 participantes, com carga horária mínima de 20h, executado por profissionais de



nível superior com formação em áreas afins como: Direito, Serviço Social, Psicologia, Pedagogia ou áreas correlatas.

4.2. CAPACITAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL:

4.2.1. A indicação deverá ser feita através de declaração da licitante com indicação explícita da equipe técnica, composta de no mínimo:

a) 01 (um) palestrante com especialização ou mestrado ou doutorado, com experiência comprovada em cursos acerca dos Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito da Lei Federal e Estadual;

b) 01 (um) consultor com formação em administração, contábil ou direito devidamente inscrita no conselho profissional competente, com experiência comprovada em Consultoria Administrativa sobre a operacionalização do sistema de Fundos da Infância e Adolescência com foco em capacitação, orientação na captação de recursos.

4.2.2. Os profissionais indicados pela licitante deverão participar permanentemente do serviço objeto desta licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração.

4.2.3. A licitante deverá juntar declaração expressa informando que sua equipe participará permanente dos serviços na condição de profissionais técnicos.

4.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **24 (VINTE E QUATRO) HORAS**, sob pena de inabilitação.

4.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

4.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

4.5.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

4.5.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

4.6 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

4.7. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

5. OUTRAS DECLARAÇÕES

5.1. Declaração de que a interessada atende aos requisitos de habilitação e de que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

5.2. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

5.3. Declaração expressa de integral concordância com os termos do termo de referência e seus anexos;

5.4. Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

5.5. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis



trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega dos documentos de habilitação.

5.6. Declaração de inexistência ou existência de nepotismo para fins de cumprimento da Súmula Vinculante nº 13 do STF, conforme modelo de declaração previsto no ANEXO II.1 – TERMO DE REFERÊNCIA - DECLARAÇÃO DE NEPOTISMO.



ANEXO II.1 – TERMO DE REFERÊNCIA

DECLARAÇÃO DE NEPOTISMO

DISPENSA LICITAÇÃO Nº DP 02/2025-SETAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA O CONSELHO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, DEMAIS CONSELHEIROS DE DIREITOS, CONSELHEIROS TUTELARES E TÉCNICOS DA REDE SÓCIO ASSISTÊNCIAL DO MUNICÍPIO DE TIANGUÁ-CEARÁ.

Eu _____ Estado _____ Civil: _____
_____, RG nº _____, órgão emissor: _____, CPF
nº _____, declaro para os devidos fins e efeitos:

() NÃO POSSUO relação de matrimônio, união estável ou de parentesco consanguíneo (em linha reta ou colateral, até o terceiro grau) ou por afinidade (em linha reta até terceiro grau, ou em linha colateral até o segundo grau), com PREFEITO, VICE- PREFEITO, CHEFE DE GABINETE, SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, PRESIDENTE DE AUTARQUIA / EMPRESA ESTATAL, VEREADORES, ou servidores da mesma Pessoa Jurídica investido em cargos de Direção, Chefia, ou Assessoramento nos termos da Súmula Vinculante (SV) nº 13, do Supremo Tribunal Federal (STF).

() POSSUO relação de matrimônio, união estável ou de parentesco consanguíneo (em linha reta ou colateral, até o terceiro grau) ou por afinidade (em linha reta até terceiro grau, ou em linha colateral até o segundo grau), com PREFEITO, VICE- PREFEITO, CHEFE DE GABINETE, SECRETÁRIOS MUNICIPAIS, PRESIDENTE DE AUTARQUIA / EMPRESA ESTATAL, VEREADORES, ou servidores da mesma Pessoa Jurídica investido em cargos de Direção, Chefia, ou Assessoramento nos termos da Súmula Vinculante (SV) nº 13, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Nome do parente: _____
Grau de parentesco: _____ Cargo: _____.

DECLARO, finalmente, sob minha responsabilidade pessoal, civil, administrativa e penal, na conformidade da Lei Federal nº 7.115/83 e no art. 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras e que conheço o teor da SV nº 13 do STF que veda a prática do nepotismo na Administração Pública Direta e Indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

DECLARO, ainda possuir qualificação técnica necessária para assumir o compromisso o qual estou sendo investido.

Tianguá, Ceará, _____, de _____ de 2025.

Assinatura do Declarante



**ANEXO II- DO TERMO DE REFERÊNCIA
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS ADICIONAL**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº _____

RAZÃO SOCIAL:

INSC. MUNICIPAL/ ESTADUAL

CNPJ Nº:

ENDEREÇO:

FONE:

BANCO:

AGÊNCIA Nº:

CONTA CORRENTE Nº:

1 - **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA O CONSELHO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, DEMAIS CONSELHEIROS DE DIREITOS, CONSELHEIROS TUTELARES E TÉCNICOS DA REDE SÓCIO ASSISTÊNCIAL DO MUNICÍPIO DE TIANGUÁ-CEARÁ.

LOTE ÚNICO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO/OBJETO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Capacitação sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA) e suas diretrizes.	UND/SERV.	01		
02	Capacitação sobre Lei Estadual nº 17.253/2020, Lei Federal nº 132.431/2017 e Decreto nº 9.063/2018.	UND/SERV.	01		
03	Capacitação sobre atribuições, responsabilidades, produção documental e o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	UND/SERV.	01		
04	Capacitação sobre Gestão e Captação de Recursos para o Fundo da infância e Adolescência(FMDCA e a participação em Editais.	UND/SERV.	01		
VALOR GLOBAL DO LOTE R\$					

1.1. Descrição do Serviço: Contratação de uma empresa especializada para ministrar curso de capacitação teórico presencial que abrange o conhecimento e aplicação da Lei Federal nº 13.431/2017- que estabelece o Sistema de garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, Lei Estadual nº 17.253/2020- que dispõe sobre a organização e o funcionamento dos Conselhos Tutelares e dos Direitos da Criança e do Adolescente no Estado, e Decreto 9.063/2018- que regulamenta o operacionalização do sistema de Gestão de Fundos da infância e Adolescência-(FMDECA), com foco específico as atribuições, responsabilidades e funcionamento, bem como obter conhecimentos para participação em editais para captação de recurso através do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA .O objetivo é capacitar os servidores da Secretaria do Trabalho e Assistência Social do, fornecendo tanto o conhecimento teórico necessário quanto o suporte prático para a aplicação efetiva da legislação no contexto municipal contribuindo diretamente para o fortalecimento da rede de proteção à infância e adolescência no Município de Tianguá Ceará.

1.2. Objetivos Específicos:

- a) **Curso Teórico Presencial:** Proporcionar um treinamento detalhado, com carga horária de 20 horas, sobre Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e suas diretrizes, bem como nas normativas correlatas, incluindo a Lei Estadual do Ceará nº 17.253/2020, que dispõe sobre a organização e o funcionamento dos Conselhos Tutelares e dos Direitos da Criança e do Adolescente no Estado; Lei Federal nº 13.431/2017, que estabelece o sistema de



garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e Decreto nº 9.063/2018, que regulamenta a operacionalização do Sistema de Gestão de Fundos da Infância e Adolescência (FMDCA); Além disso, a capacitação abordará a gestão do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FMDCA), incluindo a participação em editais e mecanismos de captação de recursos, bem como as atribuições, responsabilidades e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Devendo atender até 30 inscritos.

- b) **Consultoria On-line:** Oferecer suporte com carga horária de 30 horas, para a aplicação prática ajudando na elaboração de documentos, incluindo a participação em editais e mecanismos de captação de recursos, processos licitatórios e resolução de dúvidas específicas dos servidores.
- c) **Público-Alvo:** Conselheiros de Direitos, Tutelares e Técnicos da Rede Sócio Assistencial do Município de Tianguá-Ceará e especialmente aqueles diretamente envolvidos na gestão

1.3. Metodologia:

- a) **Curso Teórico Presencial:** Realização de aulas presenciais, utilizando recursos didáticos modernos e interativos para facilitar o aprendizado. O conteúdo será dividido em módulos.
- b) **Forma On-line:** Disponibilização de consultoria on-line, com atendimento a dúvidas e suporte na aplicação da legislação em situações reais enfrentadas pelos servidores na elaboração de documentos, e mecanismos de captação de recursos através de processos de participação em editais.

1.4. Carga Horária:

- a) **Curso Teórico Presencial:** 20 horas presenciais, abrangendo todos os aspectos relevantes ao curso de capacitação em que abrange a legislação, atribuições, responsabilidades e o funcionamento que contribuirá para o fortalecimento da Rede de Proteção à Infância e Adolescência no âmbito do Município de Tianguá-Ceará.
- b) **Consultoria On-line:** 30 horas on-line, para garantir suporte efetivo durante a implementação dos novos processos.

1.5. Local de Realização:

- a) **Curso Teórico Presencial:** Nas instalações da Secretaria do Trabalho e Assistência Social do Município de Tianguá/CE.
- b) **Consultoria On-line:** De forma remota.

1.6. Critérios de Avaliação

- a) A empresa deverá apresentar um **plano de trabalho detalhado**, contemplando cronograma, metodologia e critérios de avaliação da capacitação.

1.7. Critérios de Sustentabilidade

- a) Preferência por empresas que adotem práticas sustentáveis, como o uso de material didático digital para reduzir o consumo de papel.

1.8. Prazo de Execução:

- a) Definido conforme cronograma acordado entre a Secretaria do Trabalho e Assistência Social e a empresa contratada, respeitando os prazos legais e a necessidade de capacitação dos servidores.

1.9. Conteúdo Programático do Curso:



- ✓ A empresa especializada para ministrar curso teórico de capacitação aos profissionais garantindo o correto cumprimento das legislações aplicáveis ECA, Lei Estadual nº 17.253/2020, Lei Federal nº 13.431/2017 e Decreto nº 9.063/2018).
- ✓ Fortalecimento da atuação dos Conselhos Tutelares e Conselhos de Direitos, garantindo que suas ações sejam pautadas na legalidade, na proteção integral e na prioridade absoluta dos direitos da criança e do adolescente.
- ✓ Melhoria na gestão do Fundo Municipal da Infância e Adolescência (FIA), qualificando os servidores para a captação e correta aplicação dos recursos, além da participação em editais e programas de financiamento.
- ✓ Maior articulação entre os órgãos da rede de proteção, promovendo um atendimento mais eficaz e humanizado às crianças, adolescentes e suas famílias.
- ✓ Redução de erros na aplicação das normas e procedimentos administrativos, minimizando riscos de judicialização ou responsabilização dos agentes públicos.
- ✓ Fortalecimento da transparência e eficiência na gestão pública, com servidores mais capacitados para a correta destinação dos recursos e prestação de contas.

Valor Global da Proposta: R\$ _____ (_____)

Validade da Proposta: _____ (_____ dias).

DADOS DA PESSOA INDICADA PARA ASSINATURA DO CONTRATO

NOME:

CPF:

RG:

CARGO E FUNÇÃO

Declaramos, ainda, que:

- () Declaro para os devidos fins que nos preços oferecidos estão incluídas todas as despesas incidentes sobre o fornecimento referente a frete, tributos, deslocamento de pessoal e demais ônus pertinentes ao objeto licitado.
- () Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- () Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- () Que está ciente e concorda com as condições do edital da DISPENSA DE LICITAÇÃO e seus anexos;
- () Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- () Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- () Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- () Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (§1º do art. 63 da NLL).

Local/Data: de de 2025.

Assinatura Proponente
Carimbo da empresa/Assinatura do responsável legal



**ANEXO III – TERMO DE REFERÊNCIA
MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

CONTRATO N° _____

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIANGUÁ, CEARÁ**, com sede na Av. Moisés Moita, N° 785, Nenê Plácido, CEP 62327-335 – Tianguá/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o N° 07.735.178/0001-20, por intermédio da **SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE TIANGUÁ/CE**, neste ato representada por sua respectiva **SECRETÁRIA/Ordenadora de Despesas**, Sra. **MARIANE XIMENES PORTELA PONTES**, inscrita no CPF n° 052.044.173-70, doravante denominado(a) de **CONTRATANTE**, no final assinado e a Empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ N° _____, com sede na _____, neste ato representada pelo(a) Sr(a). _____, inscrito (a) no CPF N° _____, portador (a) da Carteira de Identidade N° _____, doravante denominada **CONTRATADO**, resolvem firmar o presente contrato, decorrente de processo de dispensa de licitação e em conformidade com as disposições contidas na Lei N° 14.133/21:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO CONTRATUAL

1.1. Constitui o objeto do presente contrato a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MINISTRAR CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA O CONSELHO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, DEMAIS CONSELHEIROS DE DIREITOS, CONSELHEIROS TUTELARES E TÉCNICOS DA REDE SÓCIO ASSISTÊNCIAL DO MUNICÍPIO DE TIANGUÁ-CEARÁ.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. Este contrato fundamenta-se na Lei n° 14.133/21, bem como na **DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 02/2025-SETAS.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS ENCARGOS, OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA.

3.1. Entregar o objeto deste contrato de acordo com as condições e prazos estabelecidos na **DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 02/2025-SETAS** e neste termo contratual;

3.2. Assumir a responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados ao patrimônio da **CONTRATANTE** ou a terceiros, durante a execução do contrato, quando na execução dos serviços licitados, objeto deste contrato;

3.3. Encaminhar para o setor financeiro da **CONTRATANTE** as notas de empenhos e respectivas notas fiscais/faturas, juntamente com Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive em relação as contribuições sociais; Prova de Regularidade relativa a Fazenda Estadual; Prova de Regularidade relativa a Fazenda Municipal; Prova de Regularidade relativa ao FGTS; Prova de Regularidade relativa à Justiça do trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT) e o Contrato, correspondentes ao objeto fornecido, depois de atestado pelo setor competente;

3.4. Assumir integralmente a responsabilidade por todo o ônus decorrente da execução deste contrato, especialmente com relação aos encargos trabalhistas e previdenciários do pessoal utilizado para a consecução do fornecimento, bem como o custo de transporte, inclusive seguro, carga e descarga, correndo tal operação única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da **CONTRATADA**;

3.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa de licitação que gerou este Contrato, decorrente de **DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 02/2025-SETAS.**

3.6. Providenciar a imediata correção das deficiências e ou irregularidades apontadas pela **CONTRATANTE**;

3.7. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até o limite fixado



no art. 125 da Lei 14.133/21;

3.8. Executar os serviços no prazo de 60 (sessenta) dias, logo após o recebimento da ordem de serviço, junto a Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social, observando rigorosamente as especificações contidas no termo de referência, na proposta de preços, bem como as normas técnicas vigentes, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de todos os impostos, taxas e quaisquer ônus de origem federal, estadual e municipal, bem como, quaisquer encargos judiciais ou extrajudiciais, sejam trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato que lhes sejam imputáveis, inclusive com relação a terceiros, em decorrência da celebração do contrato, e ainda:

3.9. Outras condições estabelecidas no Termo de Referência da **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2025-SETAS**.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

4.1. A contratante se obriga a proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do termo contratual, consoante estabelece a Lei Nº 14.133/21.

4.2. Comunicar à contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com o fornecimento do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

4.3. Providenciar os pagamentos à contratada à vista das notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo setor competente.

4.4. Outras condições estabelecidas no Termo de Referência da **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2025-SETAS**.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

5.1. O contrato produzirá seus jurídicos e legais efeitos a partir da data de sua assinatura e vigorará pelo prazo de 12(doze) meses, podendo ser prorrogado caso seja permitido pelo art. 107 da Lei nº 14.133/21.

5.2. Executar os Serviços no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da ordem de serviço, junto a Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social, observando rigorosamente as especificações contidas no termo de referência, na proposta de preços, bem como as normas técnicas vigentes.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXTINÇÃO

6.1. Constituem motivo para a rescisão contratual os constantes dos artigos 137, 138 e 139 da Lei Nº 14.133/21, e poderá ser solicitada a qualquer tempo pela CONTRATANTE, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, mediante comunicação por escrito, reconhecido os direitos da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. Em caso de inexecução total ou parcial do contrato, bem como de ocorrência de atraso injustificado no fornecimento do objeto deste contrato, submeter-se-á a CONTRATADA, sendo-lhe garantida plena defesa, as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

7.2. A multa prevista acima será a seguinte:

- Até 10% (dez por cento) do valor total contratado, no caso de sua não realização e/ou descumprimento de alguma das cláusulas contratuais;

7.3. As sanções previstas nos itens acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a



defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

7.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido como renda para o Município de TIANGUÁ/CE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, podendo o CONTRATANTE, para isso, descontá-la das faturas por ocasião do pagamento, se julgar conveniente;

7.5. O pagamento da multa não eximirá a CONTRATADA de corrigir as irregularidades que deram causa à penalidade;

7.6. O CONTRATANTE deverá notificar a CONTRATADA, por escrito, de qualquer anormalidade constatada durante o fornecimento do objeto do contrato, para adoção das providências cabíveis;

7.7. Na aplicação da sanção prevista na alínea b), do item 7.1 do contrato, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.8. Na aplicação das sanções previstas nas alíneas c) e d), do item 7.1 do contrato requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

CLÁUSULA OITAVA - DO VALOR, REAJUSTE E FORMA DE PAGAMENTO

8.1. O valor global da presente avença é de R\$ _____ a ser pago no prazo de até 30 (trinta) dias, contado a partir da data final do período de adimplemento da obrigação, na proporção dos fornecimentos entregues, e de conformidade com as notas fiscais/faturas e/ou recibos devidamente atestadas pelo setor competente, observadas a condições do termo de referência, da proposta vencedora e da ordem de compra emitida, conforme especificações abaixo:

LOTE ÚNICO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO/OBJETO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Capacitação sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente(ECA) e suas diretrizes.	UND/SERV.	01		
02	Capacitação sobre Lei Estadual nº 17.253/2020, Lei Federal nº 132.431/2017 e Decreto nº 9.063/2018.	UND/SERV.	01		
03	Capacitação sobre atribuições, responsabilidades, produção documental e o funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	UND/SERV.	01		
04	Capacitação sobre Gestão e Captação de Recursos para o Fundo da infância e Adolescência(FMDCA e a participação em Editais.	UND/SERV.	01		
VALOR GLOBAL R\$					

8.2. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com os valores contratados;

8.3. Os pagamentos serão efetuados através de crédito em conta específica, após a apresentação das respectivas faturas, notas fiscais e recibos à tesouraria, juntamente com Prova de Regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, inclusive em relação as contribuições sociais; Prova de Regularidade relativa a Fazenda Estadual; Prova de Regularidade relativa a Fazenda Municipal; Prova de Regularidade relativa ao FGTS; Prova de Regularidade relativa à Justiça do trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT) e o Contrato, correspondentes ao objeto fornecido, depois de atestado pelo setor competente;

8.4. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do adimplemento da obrigação e em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;

8.5. Ocorrendo erro na fatura ou outra circunstância que desaconselhe o pagamento, a



CONTRATADA será cientificada, a fim de que tome providências;

8.6. Poderá a CONTRATANTE sustar o pagamento da CONTRATADA nos seguintes casos:

- a) Quando a CONTRATADA deixar de recolher multas a que estiver sujeita, dentro do prazo fixado;
- b) Quando a CONTRATADA assumir obrigações em geral para com terceiros, que possam de qualquer forma prejudicar a CONTRATANTE;
- c) Inadimplência da CONTRATADA na execução do contrato.

8.7. Poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, desde que objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do artigo 124, Inciso II, alínea "d" da Lei Nº 14.133/21, devendo ser formalizado através de ato administrativo.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente aquisição ficarão por conta da Classificação Orçamentária prevista no manual com a seguinte Dotação Orçamentária: 07.0703.08.243.2.064-Manutenção de Projetos para Fortalecimento das Entidades. **Elemento de despesa:** 3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica. **Fonte de Recursos:** 1500000000.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1. Qualquer alteração contratual só poderá ser feita através de aditivo, e se contemplada pelos arts. 124 e 125 da Lei Nº. 14.133/21, e suas alterações posteriores, após apresentação da devida justificativa pela autoridade administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO, BASE LEGAL E FORMALIDADES

11.1. Este contrato encontra-se subordinado a Legislação específica, consubstanciada na Lei Nº 14.133/21, e, em casos omissos, aos preceitos de direito público, teoria geral de contratos e disposições de direito privado;

11.2. Fica eleito o Foro de Tianguá/CE, como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas deste Contrato, caso não sejam dirimidas amigavelmente;

11.3. Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 03 (três) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

Tianguá/CE, _____ de _____ de 2025.

MUNICÍPIO DE TIANGUÁ/CE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ Nº xxxxxxxxxxxxxxxx
Sr(a). _____
SECRETÁRIA(A)/ORDENADOR(A)
CONTRATANTE

<RAZÃO SOCIAL>
CNPJ: _____
Sr(a). _____
CPF: _____
CONTRATADA

Testemunhas:

- 1. _____ CPF: _____
- 2. _____ CPF: _____



ANEXO III-1 DO TERMO DE REFERÊNCIA

MAPA DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

NÚMERO DO PROCESSO: 18022025-03-SETAS

ÓRGÃO/ENTIDADE: Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social – Prefeitura Municipal de Tianguá/CE.

Solução a ser contratada: Contratação de empresa especializada para ministrar curso de capacitação para conselheiros e técnicos da rede Socioassistencial envolvidos com o funcionamento do Conselho da Criança e do Adolescente.

1. Introdução

O Mapa de Riscos tem como objetivo identificar, avaliar e propor medidas de mitigação para os riscos associados à contratação de Empresa especializada visa aprimorar o conhecimento e as habilidades dos profissionais que atuam diretamente na garantia dos direitos das crianças e adolescentes, promovendo maior eficiência na aplicação das leis, normativas e políticas públicas relacionadas à proteção infanto-juvenil no Município de Tianguá-Ceará.

A análise de riscos considerou todas as fases da contratação: **planejamento, seleção do fornecedor e execução do contrato**, de modo a garantir transparência, eficiência e economicidade ao processo.

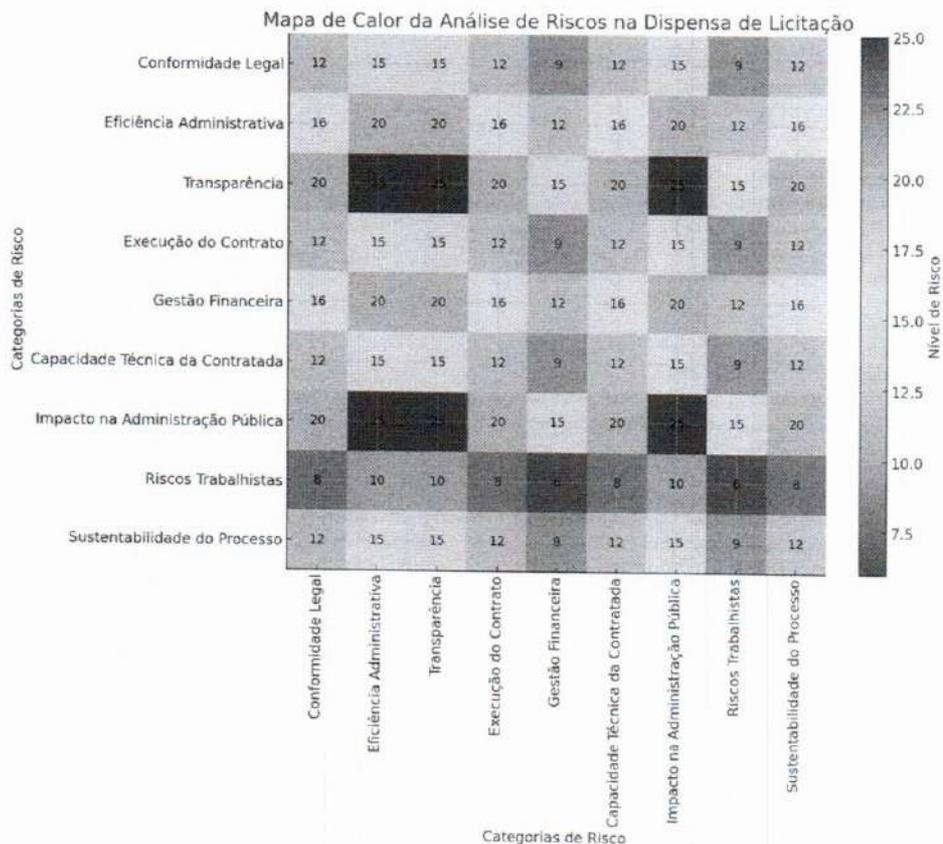
2. Mapa de Riscos

Nº	Fase da Contratação	Tipo de Risco	Identificação do Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (PxI)	Medidas de Mitigação	Plano de Contingência	Responsável
01	Planejamento da Contratação	Técnico	Definição inadequada dos conteúdos programáticos do curso	3 (Provável)	4 (Alto)	12	Consultar especialistas na área e realizar levantamento das necessidades dos conselheiros e técnicos	Revisar e corrigir o Termo de Referência antes da publicação do edital	Equipe de Planejamento
02	Planejamento da Contratação	Jurídico	Exigências inadequadas de qualificação técnica no edital, restringindo a competitividade	2 (Pouco Provável)	4 (Alto)	8	Seguir diretrizes da Lei nº 14.133/21 e realizar análise jurídica prévia do edital	Revisão do edital para adequação dos critérios de qualificação	Assessoria Jurídica
03	Seleção do Fornecedor	Operacional	Baixa participação de empresas na licitação, resultando em possível fracasso do certame	3 (Provável)	5 (Muito Alto)	15	Ampla divulgação do certame e realização de pesquisa de mercado para verificar interesse de fornecedores	Repetição do certame com ajustes nas exigências	Comissão de Licitação
04	Execução do Contrato	Logístico	Empresa contratada não disponibiliza instrutores qualificados	3 (Provável)	5 (Muito Alto)	15	Exigir comprovação da qualificação dos instrutores no contrato e	Substituição dos instrutores por profissionais qualificados ou rescisão	Fiscal do Contrato



			para ministrar o curso				fiscalizar previamente os currículos	contratual	
05	Execução do Contrato	Operacional	Atraso na realização dos cursos, impactando o cronograma de capacitação	4 (Muito Provável)	4 (Alto)	16	Definir prazos rigorosos no contrato e prever penalidades por atraso	Aplicação de multas contratuais e possível substituição da empresa	Equipe de Gestão de Contratos
6	Execução do Contrato	Financeiro	Fornecedor não consegue cumprir o contrato por dificuldades financeiras	3 (Provável)	5 (Muito Alto)	15	Analisar a capacidade financeira da empresa antes da contratação e exigir garantias contratuais	Rescisão contratual e convocação do segundo colocado	Equipe de Gestão de Contratos
7	Execução do Contrato	Qualidade	Insatisfação dos participantes em relação ao conteúdo e didática dos instrutores	3 (Provável)	3 (Médio)	9	Aplicação de questionários de avaliação ao final de cada módulo e acompanhamento pela equipe técnica	Ajuste na metodologia do curso e reforço no conteúdo programático	Fiscal do Contrato
8	Execução do Contrato	Ambiental	Impacto ambiental pelo uso excessivo de materiais impressos no curso	2 (Pouco Provável)	2 (Baixo)	4	Incentivar o uso de materiais digitais e exigir planejamento sustentável da empresa contratada	Fiscalizar e orientar sobre boas práticas ambientais	Equipe de Sustentabilidade

3. MAPA DE CALOR DA ANÁLISE DE RISCOS NA DISPENSA DE LICITAÇÃO





4. Definições das Escalas

Probabilidade	Descrição
1	Raro
2	Pouco provável
3	Provável
4	Muito provável
5	Praticamente certo

Impacto	Descrição
1	Muito Baixo
2	Baixo
3	Médio
4	Alto
5	Muito Alto

Nível de Risco (Probabilidade x Impacto)	Descrição
1 a 25	Variando de 1 (Baixo) a 25 Crítico)
Prioridade	Eventos com impacto elevado são priorizados

5. Resumo

O presente Mapa visa garantir a **qualidade e eficiência** na contratação da empresa responsável pela **capacitação dos conselheiros e técnicos da rede Socioassistencial**.

Os riscos com maior nível de criticidade incluem **impugnações judiciais, falhas na execução do certame**, que podem comprometer a viabilidade financeira da contratação.

Para mitigar esses riscos, foram propostas **medidas preventivas e corretivas**, como rigorosa especificação técnica, ampla publicidade do certame, auditoria contínua, fiscalização da execução do contrato e medidas de contingência em caso de falhas operacionais.

A adoção dessas medidas garantirá a capacitação adequada dos profissionais, fortalecendo a atuação do Conselho da Criança e do Adolescente e promovendo melhores condições para proteção dos direitos infanto-juvenis no Município.

5. Aprovação

Tianguá - CEARÁ, 27 fevereiro de 2025.